



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Tema: Lei de Diretrizes Orçamentárias do Paraná para o ano de 2026

Data: 01/07/2025

Horário: 9h30

Local: Auditório Legislativo (DEPUTADO DELEGADO RUBENS RECALCATTI)

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, com início às nove horas e trinta minutos, reuniu-se no Auditório Legislativo (DEPUTADO DELEGADO RUBENS RECALCATTI, sob a Presidência do Deputado LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, a Comissão de Orçamento realizou a Audiência Pública, com o objetivo de discutir sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Paraná para o ano de 2026. A mesa de trabalhos foi composta pelo(a) Senhor(a): Luiz Claudio Romanelli Presidente da Comissão de Orçamento, que presidiu a audiência, pelo Deputado Evandro Araújo Relator da Comissão de Orçamento, Deputado Luiz Fernando Guerra, Deputada Cristina Silvestri, Deputado Professor Lemos, membros titulares da Comissão e Deputado Hussein Bakri membro suplente da Comissão. Registra-se a participação de parlamentares e autoridades na mesa, Deputado Nelson Justus, Deputada Luciana Rafagnin, Deputada Márcia Huçulak, Senhor Luís Paulo Gomes Mascarenhas Coordenador Geral da Superintendência de Desenvolvimento Social da Casa civil, Norberto Ortigara Anacleto Secretário de Estado da Fazenda, Senhor Marcos Tadeu Cavalcante Diretor de Orçamento Estadual, Senhor Luiz Paulo Budal Diretor Geral de Estado da Secretaria da Fazenda, Senhor Rafael Carvalho Falcão Diretor Adjunto da Secretaria da Fazenda, Senhor Matheus Cavalcanti Munhoz Defensor Público Geral do Paraná, Senhor Ademilson Milani Diretor de Desenvolvimento do Comércio da Fecomércio-PR, Senhora Louise Ronconi de Nazareno Coordenadora de Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Estado de Planejamento, Senhora Estefânia Maria de Queiroz Barboza Vice-presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB, Senhor Anderson Eugênio Araújo Gerente do Sistema OCEPAR, Senhor Homero Marchese Consultor Técnico da Federação das Indústrias – FIEP. Abrindo os trabalhos o Deputado Luiz Claudio Romanelli saudou os presentes e iniciou a audiência, destacando que o objetivo do encontro é promover a transparência na construção da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, com ampla participação social. Ressaltando a prática adotada desde 2023 de promover debates públicos sobre temas orçamentários,

informando que o orçamento previsto para 2026 é de R\$ 82,9 bilhões, o maior da história do estado. Reforçou o compromisso com o equilíbrio fiscal e a responsabilidade na aplicação dos recursos públicos. Passando a palavra para Norberto Ortigara Anacleto Secretário de Estado da Fazenda que juntamente com sua equipe técnica apresentaram o plano para a LDO 2026. O Secretário destacou que o cenário econômico é instável e pode afetar a arrecadação do Estado. Informou que a LOA 2026 será provavelmente menor que o previsto na LDO, por cautela. Apontou riscos de queda na receita do ICMS e propôs um Refis estadual agressivo para aumentar a arrecadação. Defendeu ajustes tributários, maior controle de gastos, corte de despesas de custeio e centralização da gestão financeira. Reforçou o foco em manter o equilíbrio fiscal e priorizar investimentos para modernizar a economia do Paraná. Em seguida, Marcos Tadeu Cavalcante Diretor de Orçamento Estadual, apresentou os aspectos técnicos da LDO 2026 e a nova tendência de comportamento da receita, demonstrando o esforço da equipe em reduzir o número de atos orçamentários, com ganhos de agilidade e previsibilidade. Explicou mecanismo de troca de fonte de recursos via decreto, sem aumento no orçamento total, como forma de ajustar fluxo de caixa sem inflar o orçamento aprovado. Logo após, Luiz Paulo Budal Diretor Geral de Estado da Secretaria da Fazenda, complementou a apresentação sobre a redução de atos orçamentários, informando que o Paraná é o 9º estado com maior número de créditos suplementares, mas com tendência de queda e reforçou o compromisso com a transparência e a modernização da execução orçamentária. Na sequência, Rafael Carvalho Falcão Diretor Adjunto da Secretaria da Fazenda, explicou o novo modelo de análise e autorização de atos orçamentários em duas datas fixas por mês, proporcionando melhor planejamento, ressaltou que todas as alterações continuam sendo publicadas e registradas no sistema oficial (SIAFIC) e destacou melhorias na qualidade dos dados e no processo de decisão. Logo, a Deputada Márcia Huçulak, observou a importância da execução de investimentos propondo prioridade para demandas da área da saúde. Passando a palavra para Matheus Cavalcanti Munhoz Defensor Público Geral do Paraná, parabenizou a Comissão de Orçamento pela transparência e destacou o papel da Defensoria na garantia de direitos da população vulnerável e agradeceu a parceria técnica com a Secretaria da Fazenda. Em seguida, Ademilson Milani Diretor de Desenvolvimento do Comércio da Fecomércio-PR, onde reforçou que a LDO deve contemplar políticas que fortaleçam o comércio e o setor de serviços, defendeu estímulos ao ambiente de negócios e menos burocracia. Na sequência, Louise Ronconi de Nazareno Coordenadora de Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Estado de Planejamento, destacou a importância da integração entre SEPL e SEFA na execução orçamentária e planejamento estratégico. Logo após, Estefânia Maria de Queiroz Barboza Vice-presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB, que defendeu melhorias na tramitação de precatórios e RPVs e reforçou o papel da OAB na proteção da ordem jurídica valorizando os investimentos em educação e ciência. Continuando, Anderson Eugênio Araújo Gerente do Sistema OCEPAR, apontou a necessidade de apoio ao cooperativismo e à agricultura, reforçou que o orçamento precisa contemplar políticas para o desenvolvimento rural. A seguir, Homero Marchese Consultor Técnico da Federação das Indústrias – FIEP, questionou possíveis impactos da reforma tributária e reforçou a importância da previsibilidade fiscal para o setor industrial, parabenizando o governo pelo diálogo com o setor produtivo. Prosseguindo, o Deputado Evandro Araújo que reforçou o compromisso da Comissão de Orçamento com a análise técnica e transparente da LDO 2026. Passando novamente a palavra para o Presidente que fez breve encerramento agradecendo a participação de todos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a audiência pública, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada

será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Marcelo Vilela de Carvalho Costa, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
Presidente da Comissão de Orçamento

MARCELO VILELA DE CARVALHO COSTA
Secretário da Comissão de Orçamento